

Segunda-Feira, 21 de Setembro de 2026

Negociação de delação de Vorcaro segue paralisada em meio à crise institucional do STF

Acordo entre defesa do ex-banqueiro e autoridades fica indefinido com instabilidade na Suprema Corte

A possibilidade de um acordo para delação premiada envolvendo o ex-banqueiro Daniel Vorcaro e as autoridades investigadoras permanece sem definição em meio à crise institucional no Supremo Tribunal Federal e às incertezas sobre o prosseguimento do processo na Corte.

A falta de clareza quanto à relatoria do caso representa um obstáculo significativo. O presidente do STF, Edson Fachin, determinou que o inquérito seja remetido a ele e mantido paralisado até que novas orientações sejam estabelecidas. Dessa forma, avanços nas negociações para uma eventual colaboração ficaram suspensos.

O ministro André Mendonça continua formalmente à frente do processo. Contudo, sua capacidade de determinar diligências ou homologar qualquer colaboração de Vorcaro encontra-se limitada pela decisão de Fachin.



Gilmar: Quem age com partidarismo no TSE deve repensar permanência na Corte



Mendonça e Fux dizem à PF que ainda não acessaram celular de Vorcaro



TSE aceita abrir ação contra Lula por desfile no Carnaval do Rio de Janeiro

Além de assumir o controle provisório do caso Master, Fachin também interrompeu a condução de outros processos que estavam sob comando de André Mendonça: o escândalo de corrupção no INSS e a investigação sobre a suposta relação entre Vorcaro e o ministro Alexandre de Moraes.

A revelação de relatórios da Polícia Federal sobre o relacionamento entre Moraes e Vorcaro, determinada por Mendonça, funcionou como gatilho para o conflito entre membros da Corte. Mendonça encaminhou ao plenário um pedido de abertura de investigação contra seu colega, decisão que ainda aguarda votação do tribunal.

Conforme apurado, para a defesa de Daniel Vorcaro, a exposição de mensagens relacionadas à sua proximidade com Moraes pode prejudicar o fechamento de um acordo de delação, particularmente diante da divulgação de menções a integrantes do STF encontradas no celular do banqueiro.

Está previsto para 30 de setembro um novo depoimento de Vorcaro e de seu pai, Henrique Vorcaro, que também se encontra preso. Será a primeira audiência do pai do empresário. De acordo com a Polícia Federal, os depoimentos integram a conclusão da sexta fase da investigação.

Impasses com PF e PGR

A possibilidade de uma colaboração premiada também enfrenta incertezas em relação aos órgãos competentes para negociar e formalizar a delação: a Polícia Federal e a Procuradoria Geral da República.

O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, foi envolvido em dois episódios recentes relacionados ao ministro Mendonça. Primeiramente, Vorcaro citou Andrei durante um depoimento no gabinete do magistrado, que ocorreu sem a presença de policiais federais. Na ocasião, Vorcaro argumentou que as negociações para fechar uma delação não avançaram porque poderia relatar detalhes de sua relação com o diretor-geral da PF. A defesa de Vorcaro não comentou o depoimento, e Andrei também não se pronunciou.

Em um segundo momento, Mendonça ordenou o afastamento de Andrei do comando da PF, acusando o delegado de ter monitorado ilegalmente o magistrado. A decisão foi posteriormente revogada pelo presidente Fachin, mas intensificou a tensão entre Mendonça e a cúpula da Polícia Federal, situação que pode afetar o andamento das negociações com a defesa de Vorcaro.

Quanto à PGR, as perspectivas de um acordo também são nebulosas, uma vez que o procurador-geral da República Paulo Gonet foi mencionado em mensagens e apareceu em uma fotografia ao lado de Daniel Vorcaro. Desde a revelação dos documentos do Caso Master, surgiram citações ao nome de Gonet, além de uma imagem divulgada recentemente que mostra o PGR acompanhado de Vorcaro fumando charutos durante um evento em Londres em 2024. Segundo o comunicado da PGR, o encontro contou com a participação de diversas autoridades e Gonet já havia reconhecido publicamente sua presença no evento.

Solicitação para revogar prisão preventiva

Em meio à instabilidade dos inquéritos envolvendo Vorcaro, a defesa do ex-proprietário do Master apresentou ao STF um pedido de revogação da prisão preventiva na última sexta-feira. O requerimento foi dirigido ao presidente Edson Fachin.

Os advogados argumentaram que o pedido é encaminhado à Presidência do STF porque a condução dos procedimentos relacionados à operação Compliance Zero encontra-se em situação indefinida.

Conforme o pedido, o prazo de 90 dias para revisão da prisão já se encerrou. A detenção inicial foi cumprida em 4 de março de 2026 e o segundo ciclo de 90 dias terminou em 31 de agosto. Os advogados sustentam que o STF deve realizar uma nova avaliação da prisão.

A defesa argumentou a Fachin que houve um esvaziamento dos motivos que fundamentaram a prisão, como ameaças de fuga, valores encontrados na conta do pai de Vercaro, e seu poder econômico e influência política. Segundo os advogados, esses fatores foram neutralizados ou perderam relevância.

A crise no STF é considerada pela defesa de Vercaro como uma oportunidade para conquistar a libertação do banqueiro. A indefinição do processo na Suprema Corte é citada diretamente no pedido de liberdade: